COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

EDITAL Nº 08/2024 – CONVOCAÇÃO PARA COMPARECIMENTO, POR VIDEOCONFERÊNCIA, PERANTE A COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

O Presidente da Comissão de Heteroidentificação do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, instituída pelo Decreto Judiciário TJBA nº 35, de 16 de janeiro de 2024 (e alteração posterior), tendo em vista o Edital de Heteroidentificação nº 06/2024, publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado da Bahia, de 17 de julho de 2024, RESOLVE:

1. CONVOCAR as pessoas candidatas autodeclaradas negras, indicadas na relação constante do Anexo único deste Edital, a comparecer, por videoconferência, perante a Comissão de Heteroidentificação para validar a condição de pessoa autodeclarada negra, conforme disposições do Edital nº 06/2024.

1.1 As pessoas candidatas autodeclaradas negras deverão observar, atentamente, as instruções a seguir acerca do procedimento de comparecimento:

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

2.1 A verificação será realizada apenas por videoconferência, em 26 de agosto de 2024, de acordo com os horários de apresentação do Anexo único deste Edital.

2.1.1 O link para acesso à sala de videoconferência, no Microsoft Teams, será encaminhado, até 23 de agosto de 2024, para o e-mail cadastrado pelo(a) candidato(a) no Formulário de Requerimento de Validação da Condição de Pessoa Autodeclarada Negra.

2.2 A sala de videoconferência somente estará disponível no dia e hora indicados no Anexo único.

2.3 Somente será realizada a verificação daqueles que comparecerem de acordo com o “horário de apresentação”, com tolerância de 5 (cinco) minutos.

2.4 O(A) candidato(a) convocado(a) que comparecer após o horário limite tolerado de apresentação será considerado(a) ausente.

2.5 Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência da pessoa candidata.

2.6 Não será permitida a presença de acompanhante(s), no mesmo ambiente em que a pessoa candidata.

2.7 O(A) candidato(a) deverá apresentar documento original de identidade, conforme estabelecido no item 2.3 do Edital de Heteroidentificação nº 06/2024.

2.8 O procedimento de heteroidentificação será gravado para fins de registro de avaliação e uso da Comissão de Heteroidentificação, na análise de eventuais recursos interpostos.

2.9 A recusa do(a) candidato(a) a ser gravado(a) no procedimento de heteroidentificação ou a comparecer à videoconferência agendada implica a não validação da condição de pessoa negra.

2.10 Quanto às condições para realização da videoconferência:

I – O ambiente em que esteja o(a) candidato(a) deve ser bem iluminado;

II – O fundo deve ser branco, sem exposição de objetos;

III – O(A) candidato(a) deve manter postura corporal reta e cabelo solto;

IV – O(A) candidato(a) não deve estar de cabeça baixa, nem de cabeça erguida, ou seja, deve olhar para a frente;

V – O(A) candidato(a) não deve usar acessórios (exemplos: óculos, chapéus, bonés, lenços etc.), tampouco trajar roupas que, em quaisquer das duas situações, dificultem a identificação dos seus traços fenotípicos;

VI – O(A) candidato(a) não deverá usar qualquer tipo de maquiagem;

VII – Não deve haver qualquer tipo de edição ou filtro.

2.11 Não será autorizada a utilização de telefones celulares, nem equipamentos fotográficos ou filmagens durante o procedimento de heteroidentificação por parte do(a) candidato(a).

2.12 O(A) candidato(a) deverá observar as demais orientações apresentadas no momento da videoconferência.

2.13 O(A) candidato(a) deverá, ainda, observar todas as instruções contidas no Edital de Heteroidentificação nº 06/2024.

2.14 A inobservância das regras estabelecidas neste Edital implica a não validação da condição de pessoa negra.

3. DO PROCEDIMENTO:

3.1 O(A) candidato(a), ao ingressar na sala de videoconferência, receberá as orientações técnicas descritas nos itens 2.6 a 2.14 acima, a fim de que possa promover eventuais adequações.

3.2 O procedimento de videoconferência conterá as seguintes etapas:

3.2.1 Acolhimento dos(as) candidatos(as) pela Comissão;

3.2.2 Verificação da anuência, pelos(as) candidatos(as), quanto à gravação do procedimento, para fins de registro de avaliação e uso da Comissão de Heteroidentificação, na análise de eventuais recursos interpostos;

3.2.3 Início da gravação;

3.2.4 Identificação oral pelo(a) candidato(a), que verbalizará os seguintes dados, perante a Comissão: “Eu (NOME COMPLETO), inscrito(a) no CPF sob o nº (NÚMERO), domiciliado(a) em (ENDEREÇO COMPLETO), ME AUTODECLARO PESSOA NEGRA, DA COR (PRETA OU PARDA)”;

3.2.5 Exibição do documento oficial de identidade, na forma do item 2.3 do Edital de Heteroidentificação nº 06/2024;

3.2.6. Encerramento da sessão e da gravação.

4. DA AVALIAÇÃO:

4.1 A Comissão levará em consideração, em seu parecer, os critérios de fenotípia do(a) candidato(a), de acordo com as fotos anexadas ao formulário de requerimento e da averiguação através de videoconferência.

4.2 Serão consideradas as características fenotípicas do(a) candidato(a) ao tempo de realização do procedimento de heteroidentificação, sendo vedado o uso de subterfúgios para simulação das características fenotípicas, sob pena de não validação da condição de pessoa negra.

4.3 Não serão considerados quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagens e certidões referentes à confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em concursos públicos federais, estaduais, distritais e municipais.

4.4 Não é suficiente para o pertencimento à população negra a existência de ascendente(s) negro(s), sendo necessária a identificação de um conjunto de características fenotípicas no(a) candidato(a) que tornem razoável presumir a identificação externa do(a) candidato(a) como negro(a).

4.5 Será considerado(a) negro(a) o(a) candidato(a) que assim for reconhecido(a) pela maioria absoluta dos membros da Comissão de Heteroidentificação.

4.6 O não reconhecimento do(a) candidato(a) deverá ser fundamentado mediante parecer motivado, que será de acesso restrito, nos termos do art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conforme modelo do Anexo II do Edital de Heteroidentificação nº 06/2024.

4.7 É vedado à Comissão de Heteroidentificação deliberar na presença de candidato(a).

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia exime-se das despesas dos(as) candidatos(as) referentes ao cumprimento das disposições do presente Edital.

5.2 O Tribunal de Justiça do Estado da Bahia não se responsabiliza por qualquer problema de ordem técnica que inviabilize o acesso do(a) candidato(a) à sala de videoconferência.

5.3 O(A)(s) demais candidatos(as) autodeclarados(as) negros(as) cujos nomes não constem no Anexo único deste Edital deverão aguardar a publicação do resultado provisório da heteroidentificação, conforme cronograma publicado no Anexo III do Edital de Heteroidentificação nº 06/2024.

Salvador, 21 de agosto de 2024.

Desembargador LIDIVALDO REAICHE RAIMUNDO BRITTO
Presidente da Comissão de heteroidentificação do TJBA

ANEXO ÚNICO - PESSOAS CANDIDATAS CONVOCADAS PARA VIDEOCONFERÊNCIA

Protocolo	Nome	Horário
062024833127	ADRIANO PEREIRA DE OLIVEIRA	9h15
062024982546	ALEXANDRO SANTANA DE SOUZA	9h30
062024810587	LUCIENE RIBEIRO DOS SANTOS	9h45
062024975581	LUDMILA OLIVEIRA PAIXÃO	10h
062024741546	MICHELE COSTA LEITE	10h15
062024766746	RICARDO AMARAL MAGALHAES	10h30

MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 17, DE 20 DE AGOSTO DE 2024

Autoriza a antecipação do término do gozo de afastamento de Promotor de Justiça para frequentar curso, com fundamento no artigo 26, XVI, da Lei Complementar nº 11, de 18 de janeiro de 1996, e Resolução nº 98, de 20 de outubro de 2020.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, reunido em sessão ordinária, realizada em 20 de agosto de 2024, tendo em vista o que consta nos autos do procedimento de gestão administrativa registrados no SIGA sob o nº 51130/2023, RESOLVE autorizar a Promotora de Justiça EDUVIRGES RIBEIRO TAVARES, titular da Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público - 8º Promotor(a) de Justiça, a antecipar o término do afastamento para frequentar o Curso de Mestrado em Patrimônio da Universidade Nova de Lisboa - Portugal, para a data de 12/7/2024, revogando a prorrogação da autorização, conforme procedimento de gestão administrativa SIGA nº 63398/2024.

Salvador, 20 de agosto de 2024.

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES
 Procurador-Geral de Justiça
 Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA
 Corregedor-Geral do Ministério Público.

Conselheiros Presentes: Aivaldo Guimarães Cidade, Maria Augusta Almeida Cidreira Reis, Washington Araújo Carigé, Marilene Pereira Mota, Márcia Regina dos Santos Virgens, Adriani Vasconcelos Pazelli, Ricardo Régis Dourado, Nivaldo dos Santos Aquino, Ulisses Campos de Araújo. ///

EXTRATO DE RESULTADO DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2024

1. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SIGA Nº 51130/2023 (ASSOCIADO AO PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA SIGA Nº 63398/2024) (SIMP Nº 003.0.42/2023)

ORIGEM: Conselho Superior do Ministério Público
ASSUNTO: Requerimento de afastamento para frequentar curso
INTERESSADO(A)(S): Promotora de Justiça Eduvirges Ribeiro Tavares
RELATORIA: 5ª Conselheira - Márcia Regina dos Santos Virgens
DECISÃO: O Conselho, à unanimidade, deferiu o pedido de antecipação do término do afastamento da Promotora de Justiça Eduvirges Ribeiro Tavares para frequentar curso, para o dia 12/7/2024, nos termos do voto da Relatora.

2. INQUÉRITO CIVIL Nº 676.0.13283/2012

ORIGEM: 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa
ASSUNTO: Direito do Consumidor > Combustíveis e Derivados
INTERESSADO(A)(S): Carlos Emerson Oliveira Sampaio; Comercial de Combustível Amaralina Ltda
RELATORIA: 1º Conselheiro - Aivaldo Guimarães Cidade
DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).

3. INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.120598/2023

ORIGEM: Salvador - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Habitação e Urbanismo - 5º Promotor(a) de Justiça
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação dos Princípios Administrativos
 - Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público > Ordem Urbanística > Posturas Municipais
 - Direito Ambiental > Saneamento
INTERESSADO(A)(S): Cláudia Passos da Silva; Município de Salvador
RELATORIA: 1º Conselheiro - Aivaldo Guimarães Cidade
DECISÃO: O Conselho, por unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do(a) Relator(a).